



**Projeto Pedagógico do Curso
de Pós-Graduação *Lato Sensu*
em Direito Penal e Processo Penal**

- EAD -

**Curitiba/PR
Abril/2023**

Mantenedora
GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA – e-MEC 18437
CNPJ: 32.163.997/0001-97

Mantida
GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO – e-MEC 1759

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1396, de 04/07/2001,
(publicada em Diário Oficial da União de 09/07/2001).

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 827, de 22/03/2002,
(publicada no DOU em 27/03/2002).

Portaria de Recredenciamento nº 65, de 18 de janeiro de 2017,
(publicada no DOU em 19/01/2017).

Credenciamento em Gran Centro Universitário – UniBagozzi,
Portaria nº 402, de 03 de junho de 2022,
(publicada no DOU de 06/06/2022, Seção 1, Edição 106, Página 141).

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL
Modalidade a Distância

1. Perfil Institucional

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES

Quadro 1 – Identificação da Instituição de Ensino Superior – IES

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA: GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA, CNPJ: 32.163.997/0001-97
Endereço: Luiz Parigot de Souza, nº 961 Bairro: Portão Cidade: Curitiba UF: PR
CEP: 81.070-050 Telefone: (41) 3521-2727

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

1.1.1. Base Legal da Mantenedora

O Gran Centro Universitário é uma Instituição de Educação Superior (IES), mantida pelo Gran Centro Universitário LTDA. Trata-se de uma sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos. O Contrato Social da Mantenedora é registrado na Junta Comercial do Paraná, por meio do Registro nº 20227646223, datado de 09/11/2022, com o código de verificação nº 12214549000 e NIRE de nº 41208940492.

1.1.2. Base Legal da IES

Quadro 2 – Identificação da Mantenedora

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA
CNPJ:	32.163.997/0001-97
Código e-MEC:	18437
Endereço:	Rua Luiz Parigot de Souza, 961, Portão, Curitiba, PR, CEP: 81.070-050
Data da Fundação:	03 de dezembro de 2018
Natureza Jurídica:	Sociedade Empresária LTDA – Com fins lucrativos

DIRIGENTE DA MANTENEDORA					
Dirigente:	Gabriel Granjeiro				
Cidade:	Brasília	UF:	DF	CEP:	81.070-00
Fone:	(41) 3229-1181				

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

Quadro 3 – Identificação da Instituição Mantida

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA	
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO
e-MEC:	1759

DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO MANTIDA					
Reitor:	Gabriel Granjeiro				
Endereço:	Rua Caetano Marchesini, nº 952				
Cidade:	Curitiba - Paraná	UF:	PR	CEP:	81.070-050
Fone:	(41) 3521-2727		Fax:	(41)3521-2700	

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

1.2. PERFIL E MISSÃO DA IES

Missão: *Mudar vidas por meio da Educação e da Tecnologia.*

Visão: *Ser a plataforma tecnológica que mais impacta a educação brasileira.*

Valores:

- *Tudo se resume a pessoas servindo outras pessoas;*
- *Somos obcecados pelos nossos alunos;*
- *Inovação é obrigação;*
- *Integridade não tem preço;*
- *Aqui, estamos sempre no 1º dia.*

1.3. BREVE HISTÓRICO DA IES

1.3.1. O Gran Centro Universitário

O Gran, uma EdTech brasileira que tem como missão mudar a vida de seus alunos por meio da educação e da tecnologia. A companhia, que completou 10 anos em 2022, é jovem, mas já tem um histórico sólido e de destaque, inclusive internacional. Foi reconhecida como a 5ª empresa mais inovadora da América Latina pela FastCompany, possui tecnologia de ponta que tem democratizado o ensino em todo o país e alcançou números que denotam sua vasta expertise de oferecer educação e ferramentas de excelência, mudando a vida de dezenas de milhares de alunos na última década.

A paixão por mudar vidas é o eixo condutor para qualquer movimento feito pelo Gran e os meios dessa transformação são a educação e a tecnologia, com ferramentas de aprendizagem pensadas em levar o melhor conteúdo, aliado a instrumentos que potencializam o estudo e aceleram o aprendizado. Desta forma, as TICs (**Tecnologias de Informação e Comunicação**) são essencialmente valorizadas pelo Gran, pois geram o acesso ao conhecimento e multiplicam as possibilidades de interação, ensino e aprendizado à comunidade acadêmica que, munida dessas ferramentas, torna a aprendizagem ativa e passa a protagonizar o processo educativo.

1.4. VOCAÇÃO GLOBAL

Os princípios e as ações a serem delineadas são fundamentais para que o **Gran Centro Universitário** promova as alterações necessárias à implementação das mudanças na busca de uma Instituição que seja fruto, permanentemente, do engajamento de suas metas/objetivos propostos pela comunidade acadêmica **Gran**. Dentre os objetivos globais traçados, destacam-se:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar cidadãos e profissionais nas áreas de conhecimento em que atuar, aptos para a inserção nas respectivas carreiras e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada;
- incentivar a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento pessoal, cultural e profissional e possibilitar sua correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado e, simultaneamente, prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais e desenvolver ações afirmativas para a promoção de igualdade de condições com vistas à inclusão social.

2. Coordenação do Curso

Érico de Barros Palazzo

Delegado de Polícia do Distrito Federal, ex-agente da PCDF. Já atuou como advogado e consultor tributarista. É especialista em Direito Administrativo pela Fundação Getúlio Vargas e foi aprovado em diversos concursos públicos das áreas policial e jurídica nos últimos anos. É professor de Direito Penal e Legislação Extravagante Penal.

E-mail: ericopalazzo@gmail.com

Telefone: (61) 99907-1910

3. Dados do Curso

Nome do curso: DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

Modalidade: EAD

Carga horária: 364 h (disciplinas) + 40h (trabalho de conclusão de curso)

Periodicidade: oferta permanente

Período: 6 a 24 meses

4. Aspectos Gerais do Projeto Pedagógico

4.1. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

Os temas relacionados a Direito Penal e Processual Penal fazem parte do cotidiano da sociedade e sua relevância foi intensificada em tempos de revolução tecnológica e acesso à informação. O Curso de Pós Graduação em Direito Penal e Processo Penal se revela imprescindível para quem atua na área criminal, seja como advogado, delegado, promotor de justiça, juiz, servidor público, seja como aquele que pretende futuramente exercer atividades relacionadas a esta área.

Entretanto, o curso também viabiliza o estudo da área criminal por qualquer pessoa que tenha interesse em aprofundar seu conhecimento na área criminal, exatamente por se tratar de um tema inerente à vida em sociedade. É uma visão técnica de temas que pessoas debatem na internet e redes sociais de forma leiga e, desta forma, acabam tendo uma falsa compreensão do mundo jurídico-criminal.

4.2. OBJETIVOS DO CURSO

Apresentar e aprofundar os estudos nas ciências jurídicas criminais.

4.3. CONTRIBUIÇÕES PARA O EGRESSO

- a) Entender os princípios e bases do Direito Penal e Processual Penal;
- b) Revisitar as bases teóricas da teoria do delito para compreender sua evolução para solucionar os atuais conflitos e riscos modernos;
- c) Compreender a Parte Geral e Especial do Código Penal e como elas se relacionam;
- d) Compreender o Direito Processual Penal brasileiro, nas diferentes fases da persecução penal;
- e) Analisar de forma minuciosa e casuística os diversos tipos penais de competência da jurisdição estadual e federal; e
- f) Entender e conhecer as infrações penais previstos na legislação esparsa

4.4. PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em Direito, advogados, servidores públicos em geral e, em especial, Delegados, Promotores, Defensores Públicos, Magistrados, e pessoas que tenham interesse na área criminal.

4.5. FORMA DE INGRESSO

Matrículas vinculadas ao sistema Gran Cursos Online, atendendo ao pré-requisito legal.

5. Estrutura Curricular Do Curso

5.1. METODOLOGIA

Utilizar-se-á o método de exposição tradicional, por meio de aulas gravadas de disponibilizadas na Plataforma, bem como a aprendizagem focada no aluno, tornando-o ainda mais ativo, tendo o professor como facilitador.

Além disso, haverá aulas ao vivo, síncronas, e objetos de aprendizagem de modo a permitir maior interação entre o professor e os alunos, esclarecendo dúvidas e ampliando o diálogo.

5.2. MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	CH Horária
01	Criminologia da Macrodelinquência	15h
02	Direito Penal e Direito Processual Penal Contemporâneo	20h
03	Teoria das Provas e Meios de Obtenção	20h
04	Criminalística	20h
05	Direito Processual Penal	30h
06	Teoria do Delito	20h
07	Direitos Humanos	20h
08	Direito Constitucional	9h
09	Direito Penal – Parte Geral	60h
10	Direito Penal – Parte Especial	40h
11	Direito Processual Penal II	30h
12	Legislação Penal Especial	60h
13	Medidas Cautelares, Prisão Processual e Liberdade Provisória	20h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		364 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 h/a
TOTAL DO CURSO		404 h/a

5.3. COMPONENTES CURRICULARES

Disciplina: CRIMINOLOGIA DA MACRODELINQUÊNCIA

Carga horária: 15 h/a

Objetivos: Conhecer as correntes criminológicas que identificam e explicam o fenômeno da criminalidade moderna

Conteúdo programático: Necessidade do Estudo da Criminologia. A Evolução do 'Crime' e da Punição. A Criminologia e a Escola Clássica. A Escola Positiva e o Paradigma Etiológico-Explicativo. Criminologia Contemporânea. As Tentativas de Explicação do Crime com Base no Determinismo. Anomia. Associação Diferencial. Cifra Oculta. Sutherland e a Criação do Conceito do Crime do Colarinho Branco. Importância de Sutherland para a Criminologia com a Mudança de Paradigma. Ecologia. Subcultura. Teoria das Vidraças Quebradas. Criminologia Marxista ou Crítica. O Problema de Ideologias Econômicas e Políticas fornecerem uma Explicação Total para o Crime. Interacionismo/ Teoria do Etiquetamento ou do Labelling Approach. Os movimentos contra o imperialismo, o racismo, o sexismo e a guerra. Críticas e Tendências. Os Estigmas como Meta-regras: Mulher, Raça, Religião e Pobreza no Sistema Penal. Outros Estigmas. Comparações entre a Teoria dos Estigmas como Meta-regras e a Teoria do Etiquetamento. A Polícia e os Riscos da Seleção de Pessoas com o Efeito das Meta-regras-Estigmas. Aplicação dos Conceitos da Criminologia na Polícia Federal

Bibliografia básica:

BACILA, Carlos Roberto. Criminologia e Estigmas: Um Estudo Sobre os Preconceitos. 4ª ed. São Paulo: GEN/Atlas, 2016.

BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal, tradução Juarez Cirino dos Santos, 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

FIGUEIREDO DIAS, Jorge de; ANDRADE, Manuel da Costa. Criminologia. O homem delinquente e a sociedade criminógena. Coimbra: Ed. Coimbra, 1997

Bibliografia complementar:

ANÍTUA, Gabriel Ignacio. História dos Pensamentos Criminológicos. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

HASSEMER, Winfried; MUÑOZ CONDE, Francisco. Introdução à criminologia; trad. Cíntia Toledo Miranda Chaves. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2008.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. 8. ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2020.

PACELLI, Eugênio. Direito penal e processual penal contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2019.

VIANA, Eduarda. Criminologia. 6. ed. Salvador: JusPODIVM, 2018.

Disciplina: DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL CONTEMPORÂNEO

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Apresentar e analisar o Direito Penal e Processual Penal na visão dos Tribunais Superiores.

Conteúdo programático: Informativos do Superior Tribunal Federal. Informativos do Superior Tribunal de Justiça. Súmulas do Supremo Tribunal Federal. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.

Bibliografia básica:

TIBURCIO, Antonio Augusto. Interpretação das Decisões Judiciais: Particularidades, Critérios e Instrumentos. Salvador: Juspodium, 2021.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. Vademecum de Jurisprudência – Dizer o Direito. Salvador: Juspodium, 2021.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. Súmulas do STF e do STJ. Salvador: Juspodium, 2021.

Bibliografia complementar:

BUSATO, Paulo César. Fundamentos para um direito penal democrático. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2013.
HASSEMER, Winfried. Persona, mundo y responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal; trad. Francisco Muñoz Conde e María del Mar Díaz Pita. Santa Fé de Bogotá – Colômbia: Editorial Temis S. A., 1999.

GOMES, Luiz Flávio. Norma e bem jurídico no direito penal: normas penais primárias e secundárias, normas valorativas e imperativas, introdução ao princípio da ofensividade, lineamentos da teoria constitucional do fato punível, teoria do bem jurídico-penal, o bem jurídico protegido nas falsidades documentais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002

ROXIN, Claus. Política criminal y sistema del derecho penal. Traducción e introducción de Francisco Muñoz Conde. 2.ª ed. Buenos Aires: Hammurabi, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Direito penal brasileiro: teoria do delito: introdução histórica e metodológica, ação e tipicidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010

Disciplina: TEORIA DAS PROVAS E MEIOS DE OBTENÇÃO

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Relacionar as diversas formas de obtenção de prova e suas particularidades casuísticas

Conteúdo programático: Conceito, sentido e distinções de Prova. Fato, vestígio, indício e prova. Objeto, fontes, elementos, meios e finalidade. Meios de obtenção de prova. Classificação e espécies. Sistema de avaliação e valoração. Princípios Informadores. Classificação. Ônus e produção da prova. Procedimentos. Cadeia de Custódia. Provas ilícitas. Provas ilegítimas. Provas em espécie.

Bibliografia básica:

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Ônus da prova no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BARROS, Marco Antonio de. A busca da verdade no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. 8. ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2020

Bibliografia complementar:

DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 15. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2013.

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo penal constitucional. 6. ed., São Paulo: RT, 2010.

LOPES JUNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

PACELLI, Eugênio. Direito penal e processual penal contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020

Disciplina: CRIMINALÍSTICA

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Desenvolver a compreensão técnica e os critérios para elaboração de laudos periciais na esfera federal

Conteúdo programático: Criminalística: Disciplina ou ciência? Assertivas técnicas. O Método científico. Objetivo da ciência. O experimento. A hipótese. O argumento. Lógica dedutiva e indutiva. Aplicação dos conceitos na perícia criminal. Procedimentos e responsabilidades. Locais de crime. Elementos fundamentais para elaboração de laudo pericial.

Cadeia de custódia e exames periciais.

Bibliografia básica:

DOREA, L. E. e col. Criminalística. 3. ed. Editora Millenium, 2006.

ESPÍNDULA, A. Perícia Criminal e Cível – uma visão geral dos peritos e usuários da perícia. 2. ed. Editora Millenium, 2006.

ZARZUELA, J. R. Temas Fundamentais de Criminalística. Editora Sagra Luzzatto, 1971, 2008

Bibliografia complementar:

MOREAU, Regina Lúcia de Moraes; Toxicologia Analítica; 1ª Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2008.
O'HARA, C. E. & OSTERBURG, J. W. Introdução à Criminalística, Trad. 1 ed. Brasil - Portugal. Edit. Fundo de Cultura, 1964.
TOCHETTO, D. et. al. Tratado de perícias criminalísticas, 1 ed. Porto Alegre: Sagra DC-Luzzatto, 1995.
VARGAS, Heber Soares. Manual de Psiquiatria Forense, Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 1990.
ZARZUELA, José Lopes. Temas fundamentais de criminalística, 1 ed., Porto Alegre: Sagra DC-Luzzatto, 1996

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL**Carga horária:** 30 h/a**Objetivos:** Analisar de forma minuciosa e casuística o Livro I (Do processo em geral) do Código de Processo Penal Brasileiro**Conteúdo programático:** Direto processual penal. Princípios gerais, conceito, finalidade, características. Fontes. Lei processual penal: fontes, eficácia, interpretação, analogia, imunidades. Sistemas de processo penal. Inquérito policial. Histórico; natureza; conceito; finalidade; características; fundamento; titularidade; grau de cognição; valor probatório; formas de instauração; notitia criminis; delatio criminis; procedimentos investigativos; indiciamento; garantias do investigado; conclusão; prazos; jurisdição; competência; conexão e continência; prevenção; questões e procedimentos incidentes. Competência da justiça federal, dos tribunais regionais federais, do STJ e do STF, conflito de competência. Processo criminal: finalidade, pressupostos e sistemas. Ação penal. Conceito, características, espécies e condições. Acordo de não persecução penal. Sujeitos do processo: juiz, Ministério Público, acusado e seu defensor, assistente, curador do réu menor, auxiliares da justiça, assistentes, peritos e intérpretes, serventuários da justiça, impedimentos e suspeições. Juizados especiais criminais: aplicação na justiça federal. Termo circunstanciado de ocorrência; atos processuais; forma, lugar e tempo. Provas. Conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação. Princípios gerais da prova, procedimento probatório. Valoração. Ônus da prova. Provas ilícitas e decorrentes das ilícitas. Meios de prova: perícias, interrogatório, confissão, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos, indícios. Busca e apreensão: pessoal, domiciliar, requisitos, restrições, horários. Prisão. Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento. Prisão em flagrante. Prisão temporária. Prisão preventiva. Princípio da necessidade, prisão especial, liberdade provisória. Fiança. Sentença criminal. Ação civil ex delicto. Jurisdição e competência. Foro por prerrogativa de função. Competência em razão da matéria e territorial. Conexão e continência.**Bibliografia básica:**

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Ônus da prova no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
BARROS, Marco Antonio de. A busca da verdade no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2021
TÁVORA, Nestor. ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso De Processo Penal E Execução Penal. Ed. Jus Podivm, 2021

Bibliografia complementar:

DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 15. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2013.
FERNANDES, Antonio Scarance. Processo penal constitucional. 6. ed., São Paulo: RT, 2010.
LOPES JUNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
PACELLI, Eugênio. Direito penal e processual penal contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2019.
NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Disciplina: TEORIA DO DELITO

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Revisitar as bases teóricas da teoria do delito para compreender sua evolução para solucionar os atuais conflitos e riscos modernos.

Conteúdo programático: Conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade, culpabilidade. Bem jurídico. Tempo e lugar do crime. Punibilidade. Concurso de crimes e crime continuado. Teoria do tipo. Crime doloso e crime culposo. Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso. Erro de tipo. Classificação jurídica dos crimes. Crimes comissivos e omissivos. Crimes de dano e de perigo. Punibilidade: causas de extinção da punibilidade. Iter criminis. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Ilícitude. Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito. Teoria geral da culpabilidade. Fundamentos, conceito, elementos e conteúdo. Princípio de culpabilidade. Culpabilidade e pena. Causas de exclusão da culpabilidade. Imputabilidade. Erro de proibição

Bibliografia básica:

BUSATO, Paulo César. Direito penal: parte geral. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2015

DIAS, Jorge de Figueiredo. Direito penal: parte geral: questões fundamentais: a doutrina geral do crime. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Direito penal brasileiro: teoria do delito: introdução histórica e metodológica, ação e tipicidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010

Bibliografia complementar:

BUSATO, Paulo César. Fundamentos para um direito penal democrático. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2013.

HASSEMER, Winfried. Persona, mundo y responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal; trad. Francisco Muñoz Conde e María del Mar Díaz Pita. Santa Fé de Bogotá – Colômbia: Editorial Temis S. A., 1999.

GOMES, Luiz Flávio. Norma e bem jurídico no direito penal: normas penais primárias e secundárias, normas valorativas e imperativas, introdução ao princípio da ofensividade, lineamentos da teoria constitucional do fato punível, teoria do bem jurídico-penal, o bem jurídico protegido nas falsidades documentais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002

ROXIN, Claus. Política criminal y sistema del derecho penal. Traducción e introducción de Francisco Muñoz Conde. 2.ª ed. Buenos Aires: Hammurabi, 2002.

Disciplina: DIREITOS HUMANOS

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Fomentar discussões sobre Direitos Humanos no âmbito da Segurança Pública e do Sistema de Justiça Criminal.

Conteúdo programático: Teoria geral dos direitos humanos: conceito; terminologia; eficácia vertical e eficácia horizontal; características; gerações de direitos. Afirmção histórica dos direitos humanos. Direitos humanos e responsabilidade do Estado. Direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro e na Constituição Federal de 1988. Natureza jurídica dos tratados internacionais de direitos humanos. Controle de convencionalidade. Interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. Sistemas de proteção dos direitos humanos. Sistema global de proteção aos direitos humanos. Sistema interamericano de proteção aos direitos humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução nº 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948). Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991). Lei 13.060/2014.10) Resolução da ONU nº 34/169 de 1979 – Código de Conduta para Policiais. Manual de Formação em Direitos Humanos para as

Forças Policiais da ONU. Pacto de São José da Costa Rica.

Violência e Criminalidade. Segurança Pública, ética e cidadania. Políticas Públicas e Gestão em Segurança Pública.

Bibliografia básica:

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Direito das Organizações Internacionais. 4ª Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 6.ed. São Paulo: Max Limonad, 2004

Bibliografia complementar:

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. 11.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COMPARATO, Fábio Konder. O papel da polícia no regime democrático. São Paulo: Mageart, 1996.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O papel da polícia no regime democrático. São Paulo: Mageart, 1996.

MIRANDOLA, Pico Della. A dignidade do homem. Texto integral, tradução, comentários e notas de Luiz Feracine. São Paulo: Escala, 2006.

MOORE, Mark Harrison. Policiamento comunitário e policiamento para solução de problemas. São Paulo: Edusp, 2003

Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL

Carga horária: 9 h/a

Objetivos: Compreender importância da Constituição, seu papel de proeminência dentro da ordem jurídica brasileira e sua função enquanto documento legal estruturador do estado brasileiro. Demonstrar a relação indissolúvel entre o Direito Constitucional e os Direitos Penal e Processual Penal.

Conteúdo programático: Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Disposições Constitucional aplicáveis ao Direito Penal e Processual Penal. Segurança pública. Organização da segurança pública. Atribuições constitucionais da Polícia Federal e demais órgãos de segurança pública.

Bibliografia básica:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Constitucional Descomplicado – 11ª Ed. São Paulo: Método, 2013.

BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo – 4ª Ed. São Paulo: Saraiva; 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Col. Saraiva de Legislação. 49ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014

NUNES JUNIOR, Vidal Serrano; ARAUJO, Luiz Alberto David. Curso de Direito Constitucional – 18ª Ed. São Paulo: Verbatim, 2014.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo – 37º Ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

Bibliografia complementar:

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7. ed. Almedina, 2003.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Disciplina: DIREITO PENAL – PARTE GERAL**Carga horária:** 60 h/a**Objetivos:** Visão aprofundada da Parte Geral do Direito Penal, que compreende os artigos 1º a 121 do Código Penal Brasileiro, bem como dos princípios e conceitos introdutórios do Direito Penal.**Conteúdo programático:** Introdução ao direito penal. Conceito, caracteres e função do direito penal. Princípios básicos do direito penal. Relações com outros ramos do direito. Direito penal e política criminal. A lei penal. Características, fontes, interpretação, vigência e aplicação. Lei penal no tempo e no espaço. Imunidade. Condições de punibilidade. Concurso aparente de normas. Teoria geral do crime. Conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade, culpabilidade. Bem jurídico. Tempo e lugar do crime. Punibilidade. Concurso de crimes e crime continuado. Teoria do tipo. Crime doloso e crime culposo. Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso. Erro de tipo. Classificação jurídica dos crimes. Dolo e culpa. Iter criminis. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Ilícitude. Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito. Teoria geral da culpabilidade. Fundamentos, conceito, elementos e conteúdo. Princípio de culpabilidade. Culpabilidade e pena. Causas de exclusão da culpabilidade. Imputabilidade. Erro de proibição. Descriminantes putativas e culpa imprópria. Concurso de agentes: autoria e participação; conduta delituosa; resultado; relação de causalidade; imputação. Teoria geral da pena. Cominação das penas. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Regimes de pena. Pena pecuniária. Medidas de segurança. Aplicação da pena. Elementares e circunstâncias. Causas de aumento e de diminuição das penas. Fins da pena. Livramento condicional e suspensão condicional da pena. Efeitos da condenação. Punibilidade: causas de extinção da punibilidade. Conceito, causas gerais e específicas, momentos de ocorrência. Prescrição: conceito, teorias, prazos para o cálculo da prescrição, termos iniciais, causas suspensivas ou impeditivas, causas interruptivas.**Bibliografia básica:**

MASSON, Cléber. Direito Penal Geral. São Paulo: Saraiva, 2021.

CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal. São Paulo: Editora Juspodivm, 2021.

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal. Volume 1. São Paulo: Editora Forense, 2021.

ROQUE, Fábio. Direito Penal Didático. Parte Geral. Editora Juspodivm, 2021.

Bibliografia complementar:BUSATO, Paulo César. Fundamentos para um direito penal democrático. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2013.
HASSEMER, Winfried. Persona, mundo y responsabilidad: bases para una teoría de la imputación en derecho penal; trad. Francisco Muñoz Conde e María del Mar Díaz Pita. Santa Fé de Bogotá – Colômbia: Editorial Temis S. A., 1999.

ROXIN, Claus. Política criminal y sistema del derecho penal. Traducción e introducción de Francisco Muñoz Conde. 2.ª ed. Buenos Aires: Hammurabi, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Direito penal brasileiro: teoria do delito: introdução histórica e metodológica, ação e tipicidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010

Disciplina: DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL**Carga horária:** 40 h/a**Objetivos:** Analisar de forma minuciosa e casuística os diversos tipos penais. Apontar com precisão dogmática os elementos objetivos e subjetivos dos tipos penais.**Conteúdo programático:** Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública.

Bibliografia básica:

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal. Vol. 03. São Paulo: Saraiva, 2020.
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Parte 02. São Paulo: Saraiva, 2020.
MASSON, Cléber. Direito Penal Especial. Volumes 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 2021.
CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal. Parte Especial São Paulo: Editora Juspodivm, 2021
ROQUE, Fábio. Direito Penal Didático. Parte Especial. Editora Juspodivm, 2021.

Bibliografia complementar:

GONÇALVES, Victor Eduardo Alves. Direito Penal – Parte Especial. São Paulo: Saraiva, 2020.
BITTENCOURT. Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2020.
MUÑOZ CONDE, Francisco. Direito penal e controle social; trad. Cíntia Toledo Miranda Chaves. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
PACELLI, Eugênio. Direito penal e processual penal contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2019.
SILVEIRA, Renato de Melo Jorge. Direito penal supra-individual: interesses difusos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL II

Carga horária: 30 h/a

Objetivos: Analisar de forma minuciosa e casuística o Livro II (Dos processos em espécie) do Código de Processo Penal Brasileiro

Conteúdo programático: Direto processual penal. Do processo comum. Dos processos especiais. Das nulidades e dos recursos em geral. Tribunal do Júri. Habeas Corpus. Procedimento Ordinário e Sumário. Do Juizado Especial Criminal (Lei n.º 9099)

Bibliografia básica:

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2021
TÁVORA, Nestor. ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso De Processo Penal E Execução Penal. Ed. Jus Podivm, 2021

Bibliografia complementar:

DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 15. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2013.
FERNANDES, Antonio Scarance. Processo penal constitucional. 6. ed., São Paulo: RT, 2010.
LOPES JUNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
PACELLI, Eugênio. Direito penal e processual penal contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2019.
NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Disciplina: LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Carga horária: 60 h/a

Objetivos: Analisar de forma minuciosa e casuística os diversos tipos penais e procedimentos especiais presentes na legislação penal esparsa. Apontar com precisão dogmática os elementos objetivos e subjetivos dos tipos penais.

Conteúdo programático: Lei nº 11.343/2006 e suas alterações (Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes). Lei nº 12.850/2013 e suas alterações (Crime organizado). Crimes no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97). Lei nº 8.137/1990 e suas alterações (Crimes contra a ordem econômica e tributária e as relações de consumo). Lei nº 8.072/1990 Crimes Hediondos. Lei nº 7.716/1989 e suas alterações (Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor). Lei nº 9.455/1997 e suas alterações (Crimes de tortura). Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (Crimes contra o meio ambiente). Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do desarmamento). Terrorismo (Lei nº 13.260/16). Crimes na Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente). Crimes da Lei nº 4.737/1965 e suas alterações (Código Eleitoral). Violência Doméstica e Familiar contra a

Mulher (Lei nº 11.340/06). Lei nº 13.146/2015 e suas alterações (Crimes previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei 10.741/2003 e suas alterações (Crimes cometidos contra idosos). Crimes contra as finanças públicas. Lei nº 11.343/2006 e suas alterações (Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes). Lei nº 7.492/1986 (Crimes contra o sistema Financeiro Nacional). Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro). Lei nº 8.176/1991 (Crimes contra a ordem econômica). Crimes de responsabilidade (Decreto-Lei nº 201/1967 e suas alterações, Lei nº 1.079/1950 e suas alterações e Lei nº 8.176/1991). Lei nº 13.869/2019 e suas alterações (abuso de autoridade). Jurisprudência e Súmulas dos Tribunais Superiores

Bibliografia básica:

LIMA, Renato Brasileiro de. Legislação Criminal Especial Comentada - Volume Único - 9ª Edição (2021). São Paulo: Editora Juspodvm.

Bibliografia complementar:

GONÇALVES, Victor Eduardo Alves. Direito Penal – Parte Especial. São Paulo: Saraiva, 2020.

BITTENCOURT. Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2020.

MUÑOZ CONDE, Francisco. Direito penal e controle social; trad. Cíntia Toledo Miranda Chaves. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PACELLI, Eugênio. Direito penal e processual penal contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2019.

SILVEIRA, Renato de Melo Jorge. Direito penal supra-individual: interesses difusos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003

Disciplina: MEDIDAS CAUTELARES, PRISÃO PROCESSUAL E LIBERDADE PROVISÓRIA

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Desenvolver, através de senso crítico, a compreensão e a operacionalização das medidas cautelares prisionais e não prisionais no âmbito federal

Conteúdo programático: Delineamentos constitucionais e hermenêuticos indissociáveis para compreensão da prisão provisória e soltura. Medidas Cautelares e Prisão processual: Visão panorâmica das prisões no ordenamento processual penal brasileiro e a cautelaridade das prisões processuais. Uso de algemas. Privacidade versus direito à informação. Prisão em flagrante de delito. Prisão temporária. Prisão preventiva. Dever de fundamentação. Execução provisória da pena no Tribunal do Júri. Soltura: Institutos restabelecadores do 'status libertatis' no curso das persecuções penais. Do relaxamento da prisão ilegal. A liberdade provisória. Revogação da prisão preventiva. Dever de revisão do decreto preventivo. Prisão Domiciliar e Habeas corpus coletivo.

Bibliografia básica:

LOPES JUNIOR, Aury. Prisões Cautelares. São Paulo: Saraiva, 2017.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. 8. ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2020.

SAMPAIO JÚNIOR, José Herval; NETO, Pedro Rodrigues Caldas. Manual de prisão e soltura sob a ótica constitucional. São Paulo: Método, 2011

Bibliografia complementar:

LOPES JUNIOR, Aury. Direito Processual Penal. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PACELLI, Eugênio. Direito penal e processual penal contemporâneos. São Paulo: Atlas, 2019.

BARROS, Romeu Pires de Campos. Processo penal cautelar. Rio de Janeiro Forense, 1982.

LEONE, Giovanne. Tratado de derecho procesal penal. Trad. de Santiago Sentis Melendo. Buenos Ares EJE, 1963

5.4. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do desempenho escolar será feita por disciplina, por meio de provas no sistema Gran Cursos, e terá por base o sistema de notas em valores numéricos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) ponto, considerando-se aprovado(a) aquele que alcançar a nota mínima de 70(setenta) pontos.

5.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Será opcional.

5.6. ATIVIDADE DE EAD

Aulas expositivas, mesclando a teoria com casos práticos apresentados pelos docentes por meio de suas experiências profissionais e acadêmicas.

5.7. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE UNIDADES CURRICULARES CURSADAS ANTERIORMENTE

O aproveitamento de estudos dar-se-á por equivalência ou isenção de disciplinas, caso o(a) aluno(a) já tenha cursado disciplina com carga horária e conteúdo programático compatíveis ou idênticos entre si. O pedido de aproveitamento de disciplinas será analisado pela coordenação do curso.

6. Coordenação do Curso

6.1. COORDENADOR DO CURSO

Érico de Barros Palazzo

Delegado de Polícia do Distrito Federal, ex-agente da PCDF. Já atuou como advogado e consultor tributarista. É especialista em Direito Administrativo pela Fundação Getúlio Vargas e foi aprovado em diversos concursos públicos das áreas policial e jurídica nos últimos anos. É professor de Direito Penal e Legislação Extravagante Penal.

E-mail: ericopalazzo@gmail.com

Telefone: (61) 99907-1910

6.2. CORPO DOCENTE

Unidade Curricular	Docente(s)	Titulação	Carga Horária
Criminologia da Macrodelinquência	Hector Vieira	Doutor	15H
	Mariana Barreiras	Mestra	
Direito Penal e Direito Processual Penal Contemporâneo	Pedro Coelho	Especialista	20H
Teoria das Provas e Meios de Obtenção	Bruno Galvão	Mestre	20H
Criminalística	Paulo Ênio	Mestre	20H
	Laécio Carneiro	Especialista	
Direito Processual Penal	Geilza Diniz	Doutora	30H
Teoria do Delito	Guilherme Raposo	Mestre	20H
Direitos Humanos	Alice Rocha	Doutora	20H
Direito Constitucional	Aragonê Fernandes	Especialista	9H
Direito Penal – Parte Geral	Érico Palazzo	Especialista	60H
	Fábio Roque	Mestre	
	Dermeval Farias	Mestre	
Direito Penal – Parte Especial	Leonardo Castro	Especialista	40H
	Dermeval Farias	Mestre	
	Felipe Leal	Mestre	
Direito Processual Penal II	Nestor Távora	Mestre	30H
Legislação Penal Especial	Felipe Leal	Mestre	60H
	Luana Davico	Especialista	
	Leonardo Castro	Especialista	
	Vladimir Aras	Mestre	
Medidas Cautelares, Prisão Processual e Liberdade Provisória	Geilza Diniz	Doutora	20H
Metodologia da Pesquisa Científica (opcional)	Julianna Moreira	Mestra	40h

6.3. BIBLIOTECA

Não haverá uma biblioteca física, em razão da natureza do curso. Caberá ao docente indicar em aula a bibliografia básica e complementar.

7. Estágio

7.1. Este curso de pós-graduação contempla, como diretriz curricular, apenas o estágio não obrigatório, assim considerado aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular obrigatória, nos termos da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, devendo-se celebrar Termo de Compromisso de Estágio, como Instrumento Jurídico entre a Instituição de Ensino, a parte Concedente e o estagiário em cláusulas que estabeleçam as condições gerais (vigência, eventual bolsa e jornada de trabalho, compatível com as atividades escolares e nos limites legais) bem como as obrigações da Instituição de Ensino, em relação aos estágios de seus educandos; e as obrigações da parte concedente.

7.2. As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo aluno, são equiparadas ao estágio.

7.3. Deve-se haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso de Estágio.

7.4. O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da Instituição de Ensino e por Supervisor da parte concedente, comprovado por vistos em relatórios de atividades a serem apresentados pelo aluno, em prazo não superior a 6 (seis) meses, e por menção de aprovação final.

7.5. Os relatórios periódicos e o final devem ser apresentados à instituição de ensino, com a descrição pormenorizado das atividades, inclusive com a natureza do estágio e jornada, e com a assinatura do supervisor da parte concedente.

7.6. Os relatórios periódicos do estagiário serão incorporados ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do aluno.

7.7. Quando devidamente formalizado, as atividades de estágio podem, a pedido do interessado ser acrescidas à carga horária regular e obrigatória, com o objetivo de acrescentar a carga horária respectiva como atividade complementar no certificado.